

RESENHA

ESCRAVIDÃO E CAPITALISMO HISTÓRICO NO SÉCULO XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos

Rafael Marquese e Ricardo Salles (Organizadores)
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 322 p.

Recebida em Dezembro de 2016
Aprovada em Dezembro de 2016

Em 2014 foi publicado o livro *Declaração: Isto não é um Manifesto* pelos filósofos Michael Hardt e Antonio Negri. Esta obra, como várias outras, nos mostra uma renovação no campo dos estudos marxistas, que sofreram um refluxo a partir dos anos de 1970, agravado com o colapso dos regimes socialistas no final dos anos de 1980 e 90. Apesar do título – Isto não é um Manifesto –, a obra aparece como resposta à avassaladora onda neoliberal das últimas décadas e à reação dos protestos mundiais – como o *Ocupe Wall Street* e a *Primavera Árabe* de 2011. Os autores propõem novas formas de organização e compreensão da realidade, integrando as “singularidades de cada luta” à novas formas de identidade e democracia (Hardt e Negri, 2014, p. 94).

Entendemos que o livro *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*, que ora resenhamos, é parte deste movimento mais amplo de renovação do marxismo e é um manifesto que recupera uma perspectiva totalizante e no campo da História se esforça para vencer as dicotomias entre o local, o particular, o singular e os fenômenos de longa duração.

Carlo Guimzburg (1989) já havia chamado a atenção para a importância dos nomes próprios dos personagens nas pesquisas históricas. Parafraseando a ideia deste autor – que também teve sua origem intelectual na conjuntura de crise/renovação do marxismo dos anos 1970 – podemos dizer que os nomes dos livros são importantes, pois revelam muito do contexto de sua produção. Assim, *Escravidão e*

LUIZ FERNANDO SARAIVA

Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos tem um nome revelador. O termo “Escravidão e capitalismo” remonta à clássica obra de Eric Williams, de 1944, como uma base teórico-política que influenciou grande parte da Historiografia Marxista sobre a América e, ainda, o contexto de lutas anti-coloniais no Caribe e pelos direitos civis nos EUA. O acréscimo do termo “Histórico” demonstra forte adesão a estudos renovados onde a temporalidade, as conexões teórico-metodológicas e a empiria pretendem superar os limites de uma produção marxista onde, por vezes, o engajamento (ou o manifesto) superou o conhecimento (ou o livro). A delimitação “no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos” pretende, por fim, mais do que simplesmente romper com o conceito de “nacional”, colocar esse conceito em paralelismo com forças econômicas, políticas e sociais mundiais (ou globais) que, muitas vezes, rompem com a própria compreensão e percepção dos agentes, quer do passado, quer do presente.

O livro é composto de 5 artigos em um esforço individual/coletivo onde o diálogo e a renovação com a teoria marxista aparecem como pano de fundo. A obra também pretende consolidar uma teoria ou interpretação do passado apoiada na ideia da Segunda Escravidão,

“desenhada” por Dale Tomich a partir de 1988 com grande repercussão nos meios acadêmicos brasileiros e internacionais. Esse conceito busca fundamentalmente entender “*as múltiplas relações da escravidão oitocentista com o capitalismo industrial*” (Salles e Marquese, 2016, p. 8).

Se a Segunda Escravidão é o conceito que une esses diferentes autores dentro de uma perspectiva marxista, convém explicar, mesmo que de maneira resumida, no que se constitui esta ideia. A formulação inicial visava situar o papel fundamental que a escravidão teve ao final do século XVIII e na primeira metade do século XIX na constituição das relações econômicas, políticas e sociais do “mundo atlântico” (Europa, África e América). A partir deste ponto vemos duas questões fundamentais: a primeira é a empírica e inquestionável constatação do crescimento exponencial do tráfico de escravos¹, e conseqüentemente da presença escrava em três grandes áreas da América – Brasil, Cuba e o sul dos EUA; a segunda é de natureza teórica mais ampla, ou seja, de que forma essa reinvenção da escravidão teria se inserido na constituição do capitalismo em nível mundial. Não apenas se essa “nova escravidão” seria causa ou

consequência da expansão do capitalismo, mas as nuances e desdobramentos deste “processo histórico concreto”.

Essas duas questões obviamente promovem inúmeros desdobramentos, como da independência dos EUA e das nações latino-americanas e ainda na manutenção de Cuba dentro do universo “colonial” espanhol; das modificações nas relações econômicas e sociais nas áreas impactadas com a produção maciça de algodão (sul dos EUA), açúcar (Cuba) e café (Brasil); das consequências que tal tráfico terá para as diversas civilizações no continente africano; das modificações nos padrões de consumo e trabalho no continente europeu inundado por estes novos produtos; da revivificação da escravidão em meio ao crescimento do discurso abolicionista, entre tantas outras questões.

O primeiro capítulo do livro escrito por Robin Blackburn (Universidade de Essex, Grã-Bretanha), “*Por que segunda escravidão?*”, é a adesão de uma carreira acadêmica pautada por inúmeros estudos sobre o processo tortuoso e complexo de condenação da escravidão, do tráfico e, por fim, da sua abolição no mundo ocidental com o conceito enunciado no título. Se antes havia um “flerte” intelectual entre o autor e os estudiosos da Segunda Escravidão, agora foi anunciada a adesão vigorosa ao mesmo conceito que se torna uma

via explicativa da persistência, crise e fim do sistema escravista na América.

Usando os conceitos de suas obras anteriores, como “escravidão colonial”, e situando essa “primeira escravidão” entre 1520 a 1800, o autor recupera a noção de diferentes estágios de globalização onde, desde o início da presença europeia na América, vemos a inédita integração de mercados fornecedores de mão de obra, produtores e consumidores separados em três continentes (África, América e Europa). No alvorecer do século XIX a expansão da produção americana de açúcar, café e algodão (que para Blackburn inventa o “café da manhã” e a “roupa íntima”, *Idem*, p. 37) modifica dramaticamente os padrões de produção e consumo, dando origem ao modelo atual de mercado mundial. Ao mesmo tempo, a permanência/expansão do trabalho escravo e o seu “fornecimento” *via* tráfico internacional enfrentam um crescente sentimento contestador.

A aparente contradição entre a grande expansão do tráfico de escravos e a condenação da mesma ao final do século XVIII e primeira metade do século XIX é explicada por Blackburn de maneira paradoxal (ou em termos mais adequados, dialética): o surgimento de movimentos que contestassem a escravidão enquanto princípio teria origem na Europa (Inglaterra e França) a partir de 1760, e rapidamente teria se espalhado pelas

colônias inglesas, e, portanto, é anterior ao crescimento exponencial do tráfico de escravos (a partir de 1780, segundo o autor). O processo de Independência dos EUA (1776), e, ainda, as diversas revoltas escravas, com o papel central da Revolta do Haiti (1791), teriam fortalecido o princípio filosófico da liberdade que, mesmo impactado pelo crescimento da escravidão, irá refluir para depois se expandir novamente nas décadas seguintes.

O segundo capítulo do livro, escrito por Dale Tomich (Universidade de Binghamton, EUA), “*A escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica da segunda escravidão*”, talvez seja o menos “impactante” de todos que compõem a obra, até mesmo pela importância que o autor tem para a construção do conceito de Segunda Escravidão. Apesar de o título fazer referência a uma “história teórica da segunda escravidão”, o que na verdade o autor faz é uma discussão sobre os limites que as abordagens da Nova História Econômica (*New Economic History*) tiveram para o campo da História em geral e da escravidão em particular.

Repetindo e aperfeiçoando a crítica, já há muito feita (pelo menos desde Karl Polanyi em 1945), da falta de *historicidade* por parte de Economistas que se debruçam sobre a História a partir de “modelos econômicos contemporâneos”, portanto anacrônicos, Dale Tomich não foge muito da fórmula de admitir

contribuições sem as nomear para logo em seguida minimizá-las e demonstrar os seus limites... No limite, os diversos autores citados não fariam propriamente História Econômica, mas sim “Econometria Retrospectiva” (Tomich *in*: Salles e Marqueses, 2016, p. 59)

Tomich utiliza-se de exemplos do uso de teorias cliométricas (outro nome dado a esta escola) em estudos sobre a produção de açúcar na Jamaica, Guiana e Cuba, levados separadamente por Seymour Drescher e David Eltis ao longo do século XIX. A conclusão “correta” de que estas três regiões conseguiram manter níveis crescentes de produção de açúcar se contrapõe às explicações “inadequadas” porque tiradas do âmbito da Teoria Econômica Neoclássica (Idem, pp. 79 e passim).

O argumento é importante, e portanto, vamos detalhá-lo um pouco mais. Um dos primeiros estudos da corrente denominada New Economic History foi o emblemático *Time on the cross* de Robert Fogel e Stanley Engerman em 1974. Tal livro é um marco inicial nos estudos desta escola e apresenta um amplo conjunto de resultados baseados em pesquisas empíricas que levantaram uma quantidade inédita de dados que foram quantificados em algumas das primeiras experiências do uso da informática no campo da História. Muitas das interpretações de tais dados podem ser (e foram) questionadas; porém, as

evidências levantadas na obra – que as taxas de mortalidade e natalidade, condições de moradia e alimentação dos trabalhadores escravos do sul dos EUA, eram *em média* superiores aos de outras regiões escravistas (Caribe e Brasil), ou mesmo do “norte industrial”, durante o século XIX – não podem ser subestimadas.

Contraditoriamente (ou, novamente em termos marxistas, dialeticamente) é de outro capítulo deste livro que vemos uma crítica mais consistente do que a proposta por Tomich para estes tipos de estudos. No impressionante balanço historiográfico sobre a Escravidão nos EUA Edward Baptist diz sobre o livro *Time on the Cross* que:

Os pesquisadores descobriram muitos dados importantes, como a lucratividade extremamente alta dos campos de trabalho escravo nos estados algodoeiros – lucrativas mesmo em comparação com fábricas do Norte ou fazendas comerciais de trabalho livre. Tais descobertas deveriam ter acabado com o velho argumento de que a escravidão não dava lucros e era alheia à história do capitalismo. Em vez disso, Fogel e Engerman escolheram direcionar suas energias, ao menos a princípio, a uma série de afirmações não tão defensáveis que resultou num argumento de que os antecessores dos negros de 1974 eram neoliberais e efetuavam um cálculo racional para seu bem-estar econômico (Idem, p. 279, 280).

Retendo o conhecimento produzido e descartando as explicações propostas, Baptist consegue, a nosso ver, integrar historiografia e

teoria. Se o conhecimento produzido é *viável*, embora não a interpretação, estamos diante de uma ruptura ontológica sobre o caráter manifesto do conhecimento produzido. O argumento central de Tomich de que a Nova História Econômica constrói uma explicação fragmentária e parcial, porque leva em conta apenas, ou principalmente, aspectos econômicos, não parece ofensivo a um conjunto de teóricos e pesquisadores que tem por definição a apreensão parcial da realidade a partir do seu campo de pesquisa.

O terceiro capítulo escrito pelos organizadores do livro, Ricardo Salles (Unirio) e Rafael Marquese (USP), “*A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia*”, trata de uma inovadora análise historiográfica sobre a escravidão. A importância que o escravo e o regime escravista tiveram na formação do país é vista não só pelos numerosos trabalhos e pesquisas que se dedicaram ao tema, como e mais ainda, pelo copioso número de sínteses historiográficas; de tão abundantes, poderíamos mesmo falar de uma “historiografia da historiografia sobre a escravidão no Brasil”.²

Estes estudos historiográficos, não obstante as suas grandes diferenças, possuíam uma característica comum, a saber, a categorização dos autores a partir dos olhares sobre a escravidão e os escravos. Ou seja, procurava-se entender as “escolas” ou linhagens

historiográficas, e o sentido, muitas vezes, era de defesa teórico-política de uma posição em detrimento de outra. Assim, uma das maiores controvérsias historiográficas do final dos anos 1980 e 1990 foi entre aqueles que, vindo de uma influência da História Social, viam os escravos como “agentes” de sua própria história em oposição a uma história do “escravo-coisa” de interpretação mais esquemática e ligada à História Econômica. As tentativas de fugir destas abordagens duais tornavam-se um grande e repetitivo esforço de citação de autores e trabalhos, muitas vezes sem maiores críticas (Schwartz, 2001).

O capítulo busca romper com essa visão dicotômica, ao relacionar estes estudos a um quadro mais amplo de interpretações sobre a nossa realidade, passando desde a construção de um campo intelectual das pós-graduações em História no país até as condições políticas e a influência da mesma em nossa produção intelectual. O texto inova ao trazer para o debate de nossa escravidão autores até então alocados em outras “listas” ou “escolas”, como a História Política (José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos); Econômica (Antônio Barros de Castro) e Demográfica (Stanley Klein e Francisco Vidal Luna). Em outros termos, ajuda a entender que, ao se estudar os Escravos (as diferentes formas de atuação dos indivíduos escravizados), necessariamente se deve ter

em mente os estudos sobre a *Escravidão* (ou a lógica funcional do sistema) e ainda sobre o *Escravidismo* (ou, em termos mais adequados ao marxismo, a Economia Política do Sistema).

Por fim, a segunda parte do capítulo procura situar a evolução histórica do País nos quadros da Segunda Escravidão; assim teríamos três ‘momentos’: um primeiro, denominado de formação, entre 1790-1830; um segundo, de apogeu, 1830-1870; e um terceiro momento, de grandeza e crise, entre 1860-1888. Essas balizas servem tanto para matizar os estudos realizados sobre a economia brasileira do período (vale dizer, principalmente cafeeira), como também para propor uma agenda de pesquisas que relacionassem questões como política imperial; modernização e industrialização; regionalização; crescimento econômico, etc.

Talvez a única questão que mereça reparo ou “lamento” neste texto seja justamente o seu caráter eminentemente histórico que diferencia os dois próximos textos. Ao interpretarem os quadros da Segunda Escravidão com o fim imediato da abolição em 1888, os autores abandonam, de um lado, uma ampla historiografia que busca continuidades e rupturas no que está se convencendo chamar “Mundos do Trabalho” e que envolve inúmeras experiências intermediárias entre o trabalho escravo e o trabalho livre *assalariado*. Do outro lado, negam ao leitor uma visão mais “política”

do que a persistência da escravidão promove nas nossas relações contemporâneas.

É exatamente deste ponto que o quarto capítulo, “*Escravidão histórica e capitalismo na historiografia cubana*”, se inicia. Escrito por José Antonio Piqueras (Universitat Jaume I, Espanha) o estudo realiza um “ajuste de contas” com a História e Historiografia cubana desde a Revolução de 1959.

No denso levantamento sobre as diversas gerações de historiadores que estudaram a escravidão cubana, Piqueras destaca, com justeza, a centralidade de Moreno Friginals e seu livro *El ingenio* (1978), tanto pelo peso que tem para a Historiografia da Escravidão em Cuba, como ainda pela relação angular que esse autor tem com os estudos que buscam relacionar escravidão e capitalismo. Esse autor reconhecia a característica eminentemente burguesa, ao mesmo tempo em que não deixava de notar “*as contradições inerentes à produção de mercadorias para o mercado capitalista empregando parcialmente um regime de trabalho escravo*” (apud Piqueras in: Salles e Marqueses, 2016, p. 169). Entre essas contradições estaria a falta de estímulos para o melhoramento do trabalho escravo, o que acabaria impactando e impondo limites a modernização da economia cubana como um todo.

Neste ponto, e sempre pensando que o livro organizado tinha o “manifesto” sentido de

relacionar os estudos históricos e a adequação aos conceitos promovidos pela Segunda Escravidão, causa “estranheza” a ausência de um significativo trabalho sobre a modernização da economia escravista dos engenhos cubanos ainda ao final do século XVIII e durante todo o século XIX. O texto “*Fronteira Açucareira e Revolução Industrial em Cuba, 1815-1870*” de Dale Tomich e Reinaldo Funes Monzote, não é citado, apesar da grande contribuição ao tema.³ Também nos ressentimos de uma historiografia internacional mais recente sobre a escravidão/revolução na ilha, como visto por Ada Ferrer (2012, 2014), e ainda relações econômicas mais sofisticadas, como poupanças e depósitos bancários feitos por escravos, visto em Angel Pascual Martinez Soto (2011).

O último texto que encerra o presente trabalho é o de Edward Baptist (Universidade Cornell, EUA), intitulado “*Seres humanos escravizados como sinédoque histórica: imaginando o futuro dos Estados Unidos a partir de seu passado*”. Este estudo diz pouco sobre a Segunda Escravidão e os modelos discutidos na coletânea, mas é, ao mesmo tempo, o mais “engajado” de todos em termos políticos.

O texto perpassa a Historiografia sobre a Escravidão nos EUA com a evolução do país ao final dos oitocentos e durante todo o século XX. Em determinados momentos privilegia a política, em outros, os debates culturais e

acadêmicos, ou ainda o contexto econômico-social. Eventos como: 2ª Guerra Mundial; Guerra do Vietnã; atentados terroristas de 2001; crise dos mercados de 2008; eleição de Obama; entre tantos outros, promovem inflexões e questionamentos no *fazer* histórico.

Levando quase ao extremo a tese de Benedetto Croce de que toda “História é Contemporânea”, em determinada passagem o autor chega a afirmar que o livro “Soul by Soul, de Walter Johnson, [é] seguramente o trabalho mais aclamado nos anos Clinton-Bush sobre a escravidão nos Estados Unidos” (Baptist, in: Salles e Marquese, 2016, p. 290). Ou seja, argumenta, relaciona e classifica a produção histórica com o contexto imediato de sua produção. Em outros termos, isso parece muito com a obra de outro historiador marxista, Josep Fontana, que fez um esforço de interpretação da História em suas várias épocas como um projeto implícito de Economia Política do período em que tal estudo foi enunciado (Fontana, 1998).

Ao final da leitura deste capítulo e da obra como um todo, fica a impressão para o leitor de uma renovação no campo de estudos Marxistas em geral e no da História em particular. Essa renovação, mais do que bem vinda em época tão sombria como a que estamos vivendo, aponta para superações possíveis das amarras que nos prendem.

O livro foi pensado em um seminário internacional promovido na USP em 2013 e lançado em uma Mesa Redonda no V Congresso Latino Americano de História Econômica realizado em 2016. Tal “trajetória” reforça a tese de que o livro é um manifesto de engajamento e diálogo aberto com a comunidade de historiadores e economistas para repensarmos as transformações que a expansão do capitalismo em nível mundial provocou na humanidade e no espaço global nos últimos duzentos anos.

Bibliografia

- CUNHA, Olivia Maria Gomes da. *Outras ilhas: espaços, temporalidades e transformações em Cuba*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010
- FERRER, Ada. “Haiti, Free Soil, and Antislavery in the Revolutionary Atlantic”. In: *American Historical Review*, 117, 1 (February 2012): 40-66
- FERRER, Ada. *Freedom’s Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution*. New York: Cambridge University Press, 2014
- FOGEL, Robert e ENGERMAN, Stanley. *Time on the Cross: the Economics of American Slavery*. Nova York: Boston, Brown & Co., 1974
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo, Bauru: Edusc, 1998.
- FRAGINALS, Manuel Moreno. *El ingenio. Complejo económico social cubano Del azúcar*. Havana: Ciencias Sociales, 1978
- GINZBURG, Carlo, CASTELNUEVO, Enrico e PONI, Carlo. “O nome e o como. Mercado Historiográfico e troca desigual.” In: GINZBURG, Carlo, CASTELNUEVO, Enrico e PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1989.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*. Trad. carlosszlak. São Paulo: N-1, 2014.
- MARTINEZ SOTO, Angel Pascual. “The First Savings Banks

in Latin America: Cuba and Puerto Rico (1840-1898)". In: *World Savings Banks Institute*, Março de 2011, disponível em <http://www.savings-banks.com/SiteCollectionDocuments/MartinezSotoWeb.pdf> acessado em 10 de Outubro de 2016, as 17:56.

MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Márcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: editora 34, 2002.

POLANYI, Karl. *A grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980

SCHWARTZ, Stuart. "A historiografia recente da escravidão brasileira" In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Notas

1. Dados estes consolidados por inúmeros estudos e mais recentemente pelo esforço internacional sintetizado no banco de dados *Slavers Voyages*. Usando os dados agregados desta base, vemos que em 279 anos entre 1501 até 1780 foram embarcados da África com vários destinos (mas principalmente a América) cerca de 6.931.363 pessoas (o que daria uma média de 24.843 por ano) enquanto em 89 anos no período da Segunda Escravidão, de 1781 até 1870, 5.589.980 seres humanos foram retirados da África (ou 62.808 por ano). Cf. <http://slavevoyages.org/>. Acessado em 09 de Outubro de 2016.

2. Na nota 2 do referido capítulo os autores listaram, a título de exemplo, cerca de 20 textos que se dedicam exclusivamente a esse tipo de síntese.

3. Ver Cunha, 2010.